INFORMATIVO ONLINE APUR

Nº 32- Cruz das Almas (BA) - 15 de Dezembro de 2015 - www.apur.org.br

VAMOS FALAR DE ESTATUINTE?

EDITORIAL

Companheiros,

Chegamos ao final de mais um ano. Um ano marcado por lutas e decisões importantes em nossa universidade. Ainda longe de ser de fato, uma eleição democrática, tivemos a escolha da nova diretoria de nossa UFRB; um momento importante para o andamento de qualquer instituição de ensino. No mesmo momento em que estávamos escolhendo o futuro reitor de nossa universidade, a educação superior pública do Brasil sofreu um grande golpe, com um corte de mais de R$12 bilhões. Diante de um ataque tão nefasto, não tivemos outra alternativa a não ser uma das maiores greves docentes já vista no país. Fomo às ruas dizer NÃO aos cortes de verbas. De baixo de sol e de chuva, percorremos todas as cidades em que a UFRB está instalada para mandar o nosso recado aos governantes, fomos dizer que não vamos ficar calados. Sabemos que foi uma greve extremamente difícil, o governo se recusou a negociar com a categoria docente, os cortes não foram revistos. Ainda assim, consideramos que foi um movimento importante, pois pudemos marcar nossa posição, pudemos deixar claro que toda vez que a educação pública, gratuita e de qualidade for ameaçada, nós estaremos dispostos à luta, não nos calaremos jamais. Sem dúvida, um ano de muitas batalhas. Então, já podemos descansar? Não, a luta não pára. Ainda temos muito por fazer. Logo ao iniciar 2016, teremos a eleição para direção do CAHL; não podemos esquecer um assunto extremamente importante, um assunto que pode mudar os rumos de nossa universidade, a Estatuinte da UFRB. Infelizmente, não tivemos muito progresso neste ano, não conseguimos formar os delegados (apenas no CECULT houve inscritos). Sabendo da importância que é progredirmos na questão da Estatuinte, o nosso último boletim será especial, tratará apenas deste tema. Que possamos nos engajar mais, que tomemos consciência de quão importante é avançarmos em todo o processo da Estatuinte, para que talvez consigamos construir um Estatuto que seja de fato a cara da UFRB, um Estatuto que garanta a autonomia e democracia em nossa universidade.

ESTATUINTE, QUE BICHO É ESSE?

A desinformação e a despreocupação dão o tônus às discussões sobre a estatuinte na UFRB, foi a conclusão da turma de filosofia do semestre 2014.2. Os discentes construíram uma página no facebook como atividade do componente Educação e Movimentos Sociais, no Centro de Formação de Professores. A disciplina era ministrada pela Profª Kiki Givigi, e o objetivo da atividade era testar o uso das mídias digitais em movimentos sociais e/ou em espaços políticos que se pretendam como tal. A escolha da turma se deu por causa da proximidade com o processo de Estatuinte da UFRB e a aparente desmobilização em torno disso.

A metodologia de construção da página previa entrevistas com as três categorias da comunidade universitária, levantamento de dados de processos similares em outras universidades, uso de pequenos vídeos com depoimentos, esclarecimentos sobre a forma de regulamentação da estatuinte, dentre outros. Os alunos iam a campo à procura de informações e de opiniões dos membros da comunidade acadêmica sobre o processo e postavam gerando outras questões.

Para a discente do componente e produtora da página, Laiane Teles, "a principal dificuldade foi que a maioria dos entrevistados não sabiam o que é esse processo; nós mesmos não sabíamos até começar a desenvolver o trabalho", diz a aluna, "percebemos um certo desinteresse em se interar dos movimentos da universidade (nós nos incluímos nisso)", continua ela.

A turma, que refletia sobre a importância dos movimentos sociais, e dentre estes estudava a atuação do movimento estudantil no cenário brasileiro, surpreendeu-se com a importância do processo e o pouco envolvimento em torno dele. "Após ficarem sabendo das definições estatutárias, como eleições e seus mecanismos, prioridades de atuação, mudança de estrutura das áreas de conhecimento, xs estudantes preocuparam-se, não só eles, mas técnicos e docentes, muitos deles sequer sabiam que seriam representados no processo, que teriam que eleger seus representantes", diz Kiki Givigi, professora do componente.

A equipe coordenadora da página também nos informou que estudantes e docentes de outros centros procuraram os organizadores da página para saber de sua construção e informar-se, parabenizando a ideia e a iniciativa.

Mesmo com todas as dificuldades até para conseguir fontes – muitos se recusaram a dar entrevista, aparentemente por não terem informações – a turma dispensou 20 dias na construção da página e estudando, desde o funcionamento da estatuinte e sua importância política, até em que ela alteraria a realidade. O resultado foi positivo: "Pra mim, e acho que pra turma toda, foi muito importante. Pesquisamos, lemos sobre a estatuinte e percebemos a importância do processo para a universidade em geral", afirmou Laiane.

PROCESSO ESTATUINTE EM OUTRAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

A construção da Estatuinte da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) foi iniciada em 2009, e tem como objetivo geral reelaborar o novo Estatuto que regerá a universidade. Após seis anos do início de sua construção, a Estatuinte ainda não produziu os efeitos esperados (mesmo com uma comissão já formada), haja vista que suas etapas não foram seguidas como deveriam ser, vide a não inscrição de delegados em quase todos os centros de ensino, salvo apenas o novato CECULT.

A elaboração do Estatuto de uma universidade é algo premente, ainda mais em se tratando de uma instituição que herdou um documento pronto de outrem, com características e necessidades diferentes. Esse fato por si só já mostra a inegável necessidade da elaboração urgente de nosso Estatuto. Além disso, a possibilidade de criarmos um documento que proteja e respeite a democracia e a autonomia universitária deveria ser um fator que mobilizasse a todos nesse processo. Ressalte-se que não é apenas a comunidade acadêmica da UFRB que tem sentido a necessidade de construção de um novo Estatuto, essa discussão vem ocorrendo em outras universidades do país.

Em 2012, o Conselho Universitário da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) resolveu criar um Grupo de Trabalho para elaborar propostas de metodologias que seriam usadas na construção de um novo estatuto. A instalação oficial da Comissão Geral do Processo Estatuinte da UFPE foi realizada no dia 05 de abril de 2013. Nas palavras do reitor da universidade, Anísio Brasileiro, "Não conhecemos no Brasil nenhuma outra experiência deste porte. Este é um momento aguardado por muito tempo".

Mostrando como o processo é árduo e longo, em março deste ano os delegados do Congresso Estatuinte da UFPE conceberam um documento final com as propostas que deveriam ser incluídas ao novo Estatuto da Universidade. No dia 28 de maio, o documento já aprovado pelos Delegados da Estatuinte foi entregue ao então vice-reitor, Sílvio Marques; que deveria ser levado ao Conselho Universitário para ser homologado. Contudo, no dia 2 de outubro, a reitoria da universidade foi ocupada por estudantes e servidores que exigiam a aprovação do novo Estatuto pelo Conselho Universitário nos termos em que foi criado pelo Congresso Estatuinte.

A última notícia divulgada sobre a questão é do dia 29 de outubro, que afirma que a administração da UFPE teria encaminhado à Procuradoria Federal junto à Universidade a proposta de novo Estatuto para que fosse emitido o parecer jurídico. Segundo consta, depois do parecer, seria agendada a sessão do colegiado para dar início à análise do documento. Em seguida, o Conselho designaria uma comissão para finalizar o texto a ser encaminhado ao Conselho Nacional de Educação (CNE).

Mais recentemente, foi a vez da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) entrar na discussão de um novo Estatuto. No dia 25 de setembro de 2015, o Conselho Universitário aprovou a metodologia para o início do processo estatuinte. Os números da aprovação da proposta mostram que as discussões daqui para frente podem não ser muito fáceis, foram 26 votos favoráveis e 19 contrários.

Mesmo estando ainda no início, o processo da Estatuinte na UFSM já mostra as divergências, em especial na questão difícil de quem deve decidir os rumos da universidade. Atualmente, os conselhos, colegiados, comissões e outros espaços são compostos atendendo ao previsto no artigo 56 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que determina a porcentagem de 70% para docentes e 30% para estudantes e técnico-administrativos em educação (TAEs); ou seja, os docentes têm um maior peso político. Todavia, a metodologia que foi apresentada e aprovada pelo Conselho indica que os delegados para Assembleia Estatuinte deverão ser escolhidos de forma paritária entres as categorias; uma questão que não é apoiada por todos.

Em uma matéria especial do jornal da Sessão Sindical dos Docentes da UFSM (SEDUFSM) podemos encontrar algumas posições sobre a questão. A professora Leandra Boer Possa defende a paridade "a paridade é uma característica minimamente democrática que podemos dar conta, considerando que os delegados precisam ter a consciência de uma representação e não assumir no processo a perspectiva individualista de uma concepção".

O professor Ronaldo Morales, por sua vez, defende que os docentes são responsáveis por dirigir e gerenciar a universidade: "Vou ser contra sempre que isso não for respeitado. Como você vai querer transferir aos alunos a responsabilidade por construir a universidade? Eles são membros participantes, contra isso não há dúvida nenhuma, mas, do ponto de vista gerencial, o responsável é o professor".

A Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) também vive o processo de elaboração do novo Estatuto. O Processo Estatuinte começou a ser discutido em 2008. Segundo informações na página da Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Feira de Santana (ADUFS), os debates sobre a questão sempre chamaram a atenção para a necessidade de uma proposta que atendesse às exigências acadêmicas da universidade, pois o atual Estatuto estaria defasado, já que ele está em vigor desde 1976.

A terceira etapa do Processo Estatuinte da UEFS, o Congresso da Estatuinte, ocorreu entre os dias 02 e 07 de março de 2015. Sendo que as duas etapas anteriores ocorreram em setembro e outubro de 2014, o que mostra, mais uma vez, que é um processo demorado. Na semana de 06 a 10 de abril deste ano, Professores, estudantes e técnico-administrativos votaram os últimos pontos do novo Estatuto. Ainda segundo a ADUFS, a última etapa do Congresso Estatuinte aconteceria no dia 1º de dezembro deste ano; momento em que seria apreciado o parecer da consultoria jurídica. Depois seria enviado ao Conselho Universitário para homologação e, por fim, teria que ser apreciado pelo governador e pela Assembleia Legislativa; sendo estas as últimas notícias referentes ao tema.

EM DEFESA DA PAUTA DOCENTE E PELA SUPERAÇÃO DOS PROCESSOS CONSULTIVOS NA UFRB. ESTATUINTE JÁ!

Por Antonio Eduardo Alves de Oliveira

A comemoração dos 10 anos de existência da UFRB está sendo marcada pela mobilização da comunidade acadêmica contra os cortes de verbas. As greves dos docentes e servidores técnicos (bem como mobilizações estudantis apesar de dispersas e localizadas) são a expressão dessa luta.

Além disso, o ano de 2015 está sendo caracterizado pela realização de processos de sucessão para reitoria e para direções de centros (agora, após a greve, acontecerão consultas para diretor de centro no CETEC,CCS e CAHL).

A realização de consultas informais realizadas nos anos 80, no momento de crise da ditadura militar, organizadas por entidades representativas das três categorias (docentes, discentes e servidores técnicos) para cargos dirigentes nas universidades foi parte de um movimento amplo de oposição a total ausência de democracia nas instituições de ensino superior na época da ditadura militar. (ver artigo Democracia e Autonomia nas universidades públicas no site APUR).

O processo de transição brasileira longo e incompleto (1974-1985) não promoveu uma efetiva democratização nas universidades brasileiras. A constituinte (1988), a nova LDB e outras leis regulamentares retiraram apenas parcialmente os entraves autoritários, mas mantiveram os parâmetros gerais anteriores, apenas permitindo que processos informais como as consultas promovidas pelas entidades representativas pudessem ser previstos como complementares ao controle exercido pela burocracia universitária.

Ademais, o positivo, mas contraditório processo de expansão do ensino superior promovido pelos governos Lula e Dilma, do qual a UFRB é decorrência, não foi acompanhado por uma modificação efetiva nas estruturas de poder tradicional vigente nas instituições de ensino superior.

Dessa forma, apesar de ter apenas e (já tendo) Dez anos, a UFRB herdou no seu funcionamento interno os marcos da falta de democracia do sistema global vigente no país. É importante assinalar ainda que, mesmo sendo uma universidade nova, o que prevaleceu foram as práticas tradicionais de comando, e que não houve, até o momento, nenhuma inovação efetivamente democrática com a implementação da UFRB.

Um aspecto decisivo para entendimento dos limites da democracia na nossa instituição é analisar como se deu a formação da burocracia universitária na UFRB. O processo de formação e consolidação da burocracia dirigente, como é por sinal compreensivo, realizou-se a partir dos quadros da antiga faculdade de Agronomia da UFBA, que incorporou de maneira subordinada os novos ingressantes.

Por outro lado, a urgência para colocar em funcionamento a nova instituição e a corrida contra o tempo e pelas "janelas de oportunidades" dos editais do MEC criou uma cultura política em que procedimentos de participação e discussão coletiva eram vistos como entraves.

Podem ocorrer deslocamentos importantes de posturas, inclusive dentro do núcleo da nova/velha burocracia docente. Esses deslocamentos, ainda que parciais, se devem em larga medida pela pressão dos movimentos sociais dentro da universidade, pelo vazio gerado pela exclusão de setores de postos chaves da instituição e mais recentemente podem ser aprofundados pela crise gerada pelos cortes de verbas.

A posição do movimento docente em relação ao processo de luta pela democracia deve ser bastante clara: total independência e autonomia em relação aos diferentes setores que lutam entre si pela "gestão". Se isso é verdadeiro para as entidades das outras categorias (Assufba e CCE) para a APUR é ainda mais importante, uma vez que a burocracia universitária é composta na sua esmagadora maioria por docentes. O risco é grande, o exemplo de outras universidades é ilustrativo, pois toda vez que o movimento docente se confundiu com os setores dirigentes das instituições, o resultado foi sempre negativo. Isso não significa que devemos ter uma posição de suposta neutralidade, mas sim que, para ter uma atuação critica que provoque uma efetiva luta pela democracia na universidade (que passa necessariamente por novos estatutos e pelo fim das consultas), precisamos ter um movimento docente que não se deixe atrelar por interesses dos diferentes grupos da burocracia docente existentes nos centros e na administração central.

Evidentemente que as candidaturas não são iguais. Não devemos propagar nem a negação pura e simples, nem a adesão aos candidatos. Não se trata disso. O movimento docente deve promover o esclarecimento da categoria, através de debates e discussões para que a categoria vote (ou não) nos candidatos a partir de critérios de efetivo interesse da categoria.

Assim, foi a postura da APUR no processo de consulta para reitor, quando apresentamos a pauta docente para as respectivas candidaturas, e posteriormente as posições assumidas das duas chapas sobre esta pauta. O que nos guiou nas consultas foi a defesa da pauta docente, mesmo sabendo da limitação do processo de consulta.

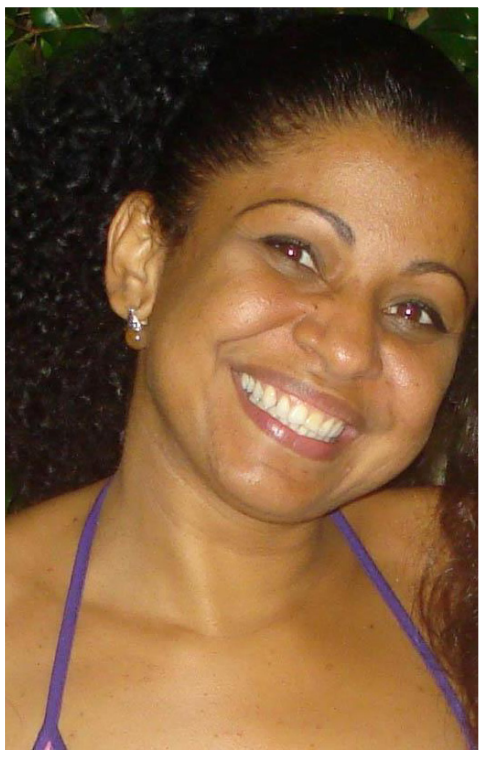
É importante ter uma conclusão política dos processos de consulta nas universidades. O que poderia ter sido encarado como um processo progressista como parte da luta contra a ausência da democracia em uma conjuntura especifica (luta contra a ditadura militar), na atualidade, as consultas são um simulacro de democracia, e que precisamos lutar pela sua superação, através da estatuinte democrática e autônoma.

Intervimos nas consultas como em todas as instâncias (estatais e não estatais) através da defesa dos interesses da categoria. Nas consultas nos centros, em associação com os estudantes e servidores técnicos, mantemos nossa crítica a ausência da democracia efetiva nos estatutos, e buscamos, neste momento, nas limitações da informalidade das consultas, construir espaços menos autoritários e mais participativos.

Acredito que o fundamental é não abrirmos mão da nossa luta pela defesa da democracia e autonomia na universidade. Defendo que o movimento docente, junto com os servidores e estudantes, coloque em xeque os simulacros da democracia na UFRB e nas universidades brasileiras. É processo complexo, que precisa de construir diálogos e pontes entre as categorias, e tem como horizonte o fim das consultas e a luta pela auto- governo da comunidade acadêmica, a gestão tripartite (professores, estudantes e servidores-técnicos).

ENTREVISTA

Neste boletim especial sobre a Estatuinte na UFRB, trazemos uma entrevista com a presidente da Comissão Estatuinte, professora Rita Dias (a Comissão Estatuinte é uma instância colegiada, composta por docentes, servidores técnico-administrativos, discentes e membros da sociedade civil). O papel dessa comissão é promover as ações de divulgação e mobilização do processo Estatuinte. Não temos dúvidas de que seu posto na Comissão dá a ela algumas noções e informações que podem melhor esclarecer à comunidade acadêmica sobre esse processo tão fundamental para o estabelecimento de nossa universidade.



1. Explique o que significa o processo Estatuinte na UFRB

O processo estatuinte consiste em uma ação de protagonismo da comunidade da UFRB, para a reformulação do estatuto em vigor. Foi previsto através de resolução do CONSUNI, para ser desenvolvido com ampla participação dos segmentos internos e da sociedade civil, através de representações delegadas de todos os centros de ensino. O Estatuto é o documento normativo máximo da instituição, documento que disciplina o relacionamento interno de uma organização, e sua relação com a sociedade. O Estatuto define a identidade da instituição. Em geral, o Estatuto apresenta a natureza jurídica, os princípios, as finalidades, a estrutura e a organização administrativa e didático-pedagógica, formas de gestão e seus órgãos, e a administração do patrimônio. O Estatuto traz as diretrizes básicas que norteiam o funcionamento da instituição. O ESTATUTO DA UFRB é composto por quatro Títulos: Título I – Da natureza jurídica, dos princípios e das finalidades. Título II – Da ordem econômica e financeira. Título III – Da estrutura. Título IV – Do ensino, da pesquisa da extensão e do estágio.

2. Atualmente, em que etapa se encontra a discussão da Estatuinte?

A metodologia previa o período de inscrições dos/as delegados/as de cada segmento por centro de ensino. O edital foi lançado, e conclui-se o prazo de inscrições. Há centros

nos quais não houve candidaturas para delegados em nenhum dos segmentos internos, logo, falta a definição de delegados/as por centros de ensino.

3. No debate "O que é a estatuinte da UFRB?", organizado pelo Levante Popular da Juventude, a senhora informou que só o CECULT inscreveu delegados para o Congresso Estatuinte. Em sua opinião, a que se deve essa pouca participação?

Não sei precisar o motivo. Há centros de ensino nos quais há um explícito interesse de participação, assumindo-se como delegados/as, em representação, noutros não. Entendo que há boa divulgação da estatuinte, uma vez que ela é pauta de todos os movimentos internos (docentes, servidores técnico-administrativos e discentes). Foram definidas sub-comissões em todos os centros para promover a divulgação e a mobilização local.

4. O que fazer para que a comunidade acadêmica participe efetivamente das discussões e ações referentes à Estatuinte?

Foram promovidos eventos nos centros para a apresentação da metodologia da estatuinte, tanto nos conselhos de centros, como em atividades específicas, a APUR fez, a ASSUFBA, coletivos de estudantes também. O CONSUNI já fez reuniões específicas com essa pauta, os convites são amplamente divulgados.

5. A construção da Estatuinte da UFRB foi iniciada em 2009. Diante dos impasses, por exemplo, na formação de delegados, tem como prever quando se chegará à sua finalização?

O processo estatuinte está em curso, entretanto o congresso estatuinte onde os/as delegados definirão as mudanças no estatuto, terá regimento próprio, e a duração será definida pelo fluxo dos trabalhos, uma vez instalado o congresso.

6. O objetivo geral da Estatuinte é reelaborar o novo Estatuto da UFRB. Qual seria o significado do Estatuto na consolidação da universidade, em especial por ela ser fruto da expansão do ensino superior no Brasil?

A Estatuinte definirá o Estatuto da UFRB, em um momento de sua maior maturidade política e pedagógica, conhecidos concretamente os desafios a enfrentar, e com a equipe de trabalho efetiva. Isso significa que o novo estatuto representará melhor a identidade da UFRB, como uma instituição que tem as especificidades da política de expansão do ensino superior, que se fez a partir de uma proposta de equidade e de justiça social, uma vez que nasce com a adoção de cotas étnico-raciais, dentro do pacto federativo brasileiro, trazendo mais igualdade na oferta de vagas na Bahia, especialmente, no interior, e no Nordeste.

7. Além das três categorias que compõem a universidade, a Comissão Estatuinte ainda conta com representação da sociedade civil. Qual o significado dessa participação para uma universidade que se quer popular?

Essa foi uma conquista que representa uma das principais características da UFRB, que é a sua ancoragem nas identidades locais, para se fazer representar os cenários mais amplos, nos contextos sociais, regionais, nacionais e internacionais.

8. A APUR vem sempre apontando para a necessidade de lutar pela autonomia e democracia na UFRB. A senhora acredita que, de fato, a Estatuinte possa ajudar nesse sentido?

Tenho certeza que a Estatuinte, em todo o seu processo de constituição, é um exercício de democracia, protagonismos, autonomização e participação da comunidade acadêmica, que certamente contribuirá para a consolidação do projeto de universidade que queremos.

Graduada em Direito pela Universidade Católica do Salvador (1993) e em Pedagogia pela UFBA (1997), pós-graduação em Direitos Humanos (UNEB- Ministério Público da Bahia), mestrado em Educação pela UFBA (2001) e doutorado em Educação pela UFBA (2007). Atualmente é Professora Adjunto III da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, no Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas (CECULT), Santo Amaro. Docente permanente no Mestrado Profissional em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas (NEAB-UFRB) e no Mestrado Acadêmico Estudos Interdisciplinares sobre Universidade (EISU) do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências (IHAC-UFBA). Tutora do Programa de Educação Tutorial PET-Conexões de Saberes: Acesso, permanência e pós-permanência na UFRB (MEC/SESu), Assessora Especial da Reitoria (UFRB/2012-2015).

NOTA EM DEFESA DA DEMOCRACIA

A diretoria da APUR, reunida no Campus de Santo Antônio de Jesus, deliberou por externar sua preocupação com a situação vivenciada pelo país em virtude da crise política e seus imprevisíveis desdobramentos sobre a população brasileira. Neste sentido, colocamo-nos ao lado das inúmeras instituições, movimentos sociais, juristas, intelectuais, acadêmicos e artistas que vislumbram o risco de ruptura democrática no atual momento político. Lamentavelmente, o Brasil, em diversas passagens de sua história, inclusive em passado próximo, vivenciou regimes em que as liberdades e os direitos civis foram cerceados pela força e pelo autoritarismo. Em tais momentos, o seqüestro da voz popular por dirigentes que se valiam de decisões monocráticas e discricionárias fez o país retroagir em diversas áreas, inclusive no plano educacional-acadêmico. Logo, na atual quadra histórica, devemos ficar vigilantes para que o texto constitucional não seja interpretado casuisticamente contra o direito soberano do voto popular. Assim, dado ao agravamento do cenário político e de suas inimagináveis consequências, alertamos a comunidade acadêmica sobre a necessidade de nos posicionarmos em defesa da democracia e do povo brasileiro.

Santo Antônio de Jesus – BA, 8 de dezembro de 2015
Diretoria da APUR

NOTA DE CONGRATULAÇÕES

A diretoria da APUR, reunida no Campus de Santo Antônio de Jesus, deliberou por congratular-se com as comunidades do Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (CETEC) e do Centro de Ciências da Saúde (CCS) que recentemente participaram de processos para definir suas gestões no próximo quadriênio. No campus, situado em Cruz das Almas, voltado para as engenharias e os bacharelados em ciências exatas serão empossados os docentes José Valentim dos Santos Filho e Maria Amélia de Pinho Barbosa Hohlenwerger. Já em Santo Antônio de Jesus, no centro que concentra cursos na área da saúde, tomarão posse as professoras Flávia Conceição dos Santos Henrique e Regina Célia Borges de Lucena. A Associação dos Professores Universitários do Recôncavo (APUR) parabeniza as novas direções, ao tempo em que se coloca à disposição dos novos gestores para contribuir com críticas e propostas nas discussões de interesse destas comunidades, em especial, às questões atinentes a categoria docente.

Santo Antônio de Jesus – BA, 8 de dezembro de 2015
Diretoria da APUR

MANIFESTO DE CÓRDOBA

No ano de 1918, estudantes da Universidade de Córdoba, na Argentina, já cansados da estrutura de poder vigente, escreveram o famoso Manifesto aos Homens Livres da América, que foi chamado de Manifesto de Córdoba. Os estudantes organizaram um movimento, que terminou transformando toda a estrutura de ensino superior, não apenas na Argentina, mas em todas as universidades latino-americanas que viriam a surgir depois. Conduzidos pela Federação Universitária de Córdoba, os estudantes realizaram inúmeras manifestações na universidade. Entre as ações dos estudantes estavam atos, assembleias, passeatas, ocupação de espaços públicos; tudo para questionar a estrutura da universidade. Alguns professores e funcionários acabaram se retirando da universidade em represália, todavia os estudantes não permitiram que a universidade parasse. Os próprios estudantes passaram a ocupar funções administrativas, gerindo a universidade, até mesmo dando aula. Após intervenção do presidente Irigoyen, os professores e funcionários voltaram à universidade, a encontrando em pleno funcionamento. Logo depois, deu-se início à discussão sobre um novo estatuto da Universidade e eleições para reitoria. Segue abaixo alguns trechos em português do manifesto.

"Homens de uma República livre, acabamos de romper a última cadeia que, em pleno século XX, nos atava à antiga dominação monárquica e monástica. Resolvemos chamar todas as coisas pelos nomes que têm. Córdoba se redime. A partir de hoje contamos para o país uma vergonha a menos e uma liberdade a mais. As dores que ficam são as liberdades que faltavam. Acreditamos que não erramos, as ressonâncias do coração nos advertem: estamos pisando sobre uma revolução, estamos vivendo uma hora americana.

A rebeldia estala agora em Córdoba e é violenta porque aqui os tiranos tinham muita soberba e era necessário apagar para sempre a lembrança dos contra-revolucionários de maio. As universidades foram até aqui o refúgio secular dos medíocres, a rena dos ignorantes, a hospitalização segura dos inválidos e- o que é ainda pior – o lugar onde todas as formas de tiranizar e de insensibilizar acharam a cátedra que as ditasse. As universidades chegaram a ser assim fiel reflexo destas sociedades decadentes que se empenham em oferecer este triste espetáculo de uma imobilidade senil. (...).

Nosso regime universitário – mesmo o mais recente – é anacrônico. Está fundado sobre uma espécie de direto divino; o direito divino do professorado universitário. (...)

A juventude universitária de Córdoba afirma que jamais fez questão de nomes nem de empregos. Se levantou contra um regime administrativo, contra um método docente, contra um conceito de autoridade. As funções públicas se exercitavam em benefícios de determinadas camarilhas. Não se reformavam nem planos nem regulamentos por medo por medo de que alguém nas mudanças pudesse perder o emprego. (...) Os métodos docentes estavam viciados de um estrito dogmatismo, contribuindo para manter a universidade distante da ciência e das disciplinas modernas. (...).

Não podemos deixar nossa sorte à tirania de uma seita religiosa, nem ao jogo de interesses egoístas. Eles querem nos sacrificar. (...) A juventude já não pode. Exige que se reconheça o direito de exteriorizar esse pensamento próprio nos corpos universitários por meio de seus representantes. Está cansada de suportar os tiranos. Se foi capaz de realizar uma revolução nas consciências, não pode desconhecer-se a capacidade de intervir no governo de sua própria casa.

A juventude universitária de Córdoba, por meio de sua federação, saúda os companheiros da América toda e os incita a colaborar na obra de liberdade que se inicia."